

estudos e pesquisas

Nº 73 – agosto de 2014

Balanço das negociações dos reajustes salariais do 1º semestre de 2014

Balanço das negociações dos reajustes salariais do 1º semestre de 2014

O DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, através do Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS-DIEESE), apresenta o balanço dos reajustes salariais do primeiro semestre de 2014.

Foram analisados os reajustes de 340 unidades de negociação da Indústria, Comércio e Serviços em todo o território brasileiro. Os reajustes foram extraídos dos acordos e convenções coletivas de trabalho assinados por essas unidades de negociação.

Para o cálculo dos ganhos reais auferidos, utilizou-se a inflação medida pelo INPC-IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dado que é o indicador mais utilizado como referência nos processos de negociação coletiva. Também foram calculados os ganhos reais a partir da comparação com o Índice do Custo de Vida do DIEESE (ICV-DIEESE).

Para melhor compreensão das negociações coletivas no primeiro semestre de 2014, seus resultados serão comparados com os das negociações coletivas empreendidas pelas mesmas 340 unidades de negociação nos anos anteriores.

Resultados

No primeiro semestre de 2014, cerca de 93% das 340 unidades de negociação analisadas pelo SAS-DIEESE conquistaram reajustes salariais acima do INPC-IBGE. A maioria dos reajustes resultou em ganhos reais de até 3%, com maior incidência na faixa de ganho entre 1% e 2% acima do índice, como pode ser observado na Tabela 1.

Reajustes em valor igual ao INPC-IBGE foram observados em aproximadamente 4% das unidades de negociação, e reajustes abaixo, em quase 3%.

TABELA 1
Distribuição dos reajustes salariais do primeiro semestre,
em comparação com o INPC-IBGE
Brasil, 2014

Variação	Nº	%
Acima do INPC-IBGE	317	93,2
De 4,01% a 5% acima	7	2,1
De 3,01% a 4% acima	19	5,6
De 2,01% a 3% acima	66	19,4
De 1,01% a 2% acima	153	45,0
De 0,01% a 1% acima	72	21,2
Igual ao INPC-IBGE	14	4,1
De 0,01% a 1% abaixo	9	2,6
Abaixo do INPC-IBGE	9	2,6
Total	340	100,0

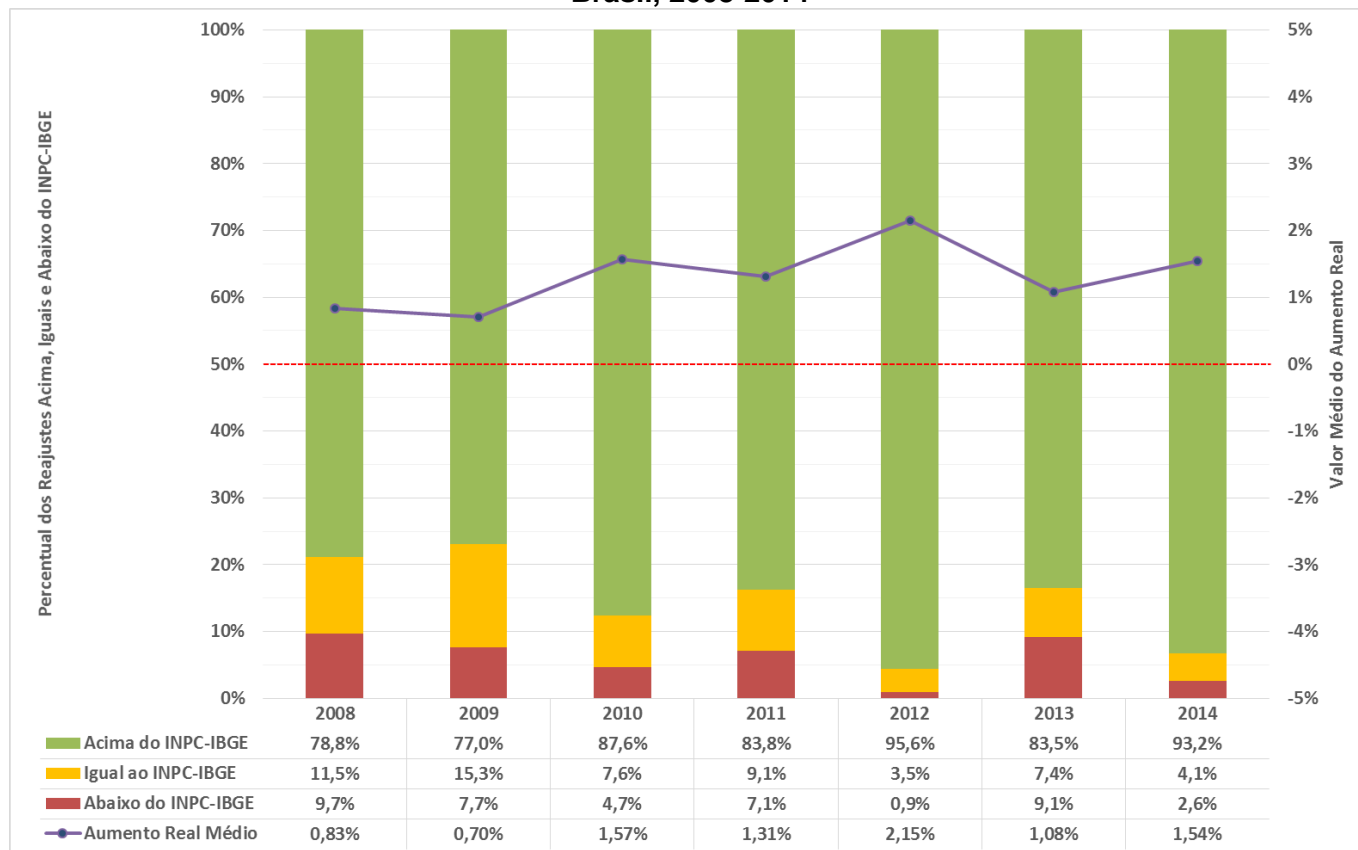
Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Na comparação com os reajustes conquistados pelas mesmas 340 unidades de negociação desde 2008¹, observa-se que apenas em 2012 a ocorrência de aumentos reais foi superior ao verificado em 2014. Em relação ao valor médio do aumento real, os reajustes do primeiro semestre deste ano ficaram atrás de 2012 e muito próximos ao observado em 2010² (Gráfico 1).

¹ Período no qual o DIEESE passou a analisar os reajustes salariais de um painel fixo de unidades de negociação.

² Entre 2008 e 2014, 72 das 340 unidades de negociação ora analisadas mudaram de data-base, sendo nove delas de datas-base do segundo semestre para datas-base do primeiro semestre. Por essa razão, não é correto dizer que a comparação foi realizada estritamente entre resultados dos primeiros semestres.

GRÁFICO 1
Distribuição dos reajustes salariais e valor do aumento real médio,
em comparação com o INPC-IBGE
Brasil, 2008-2014



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Dados referentes aos reajustes salariais de 340 unidades de negociação

Ao se comparar os maiores e menores valores de aumento real, os aumentos reais médios e os aumentos reais localizados nos quartis da amostra, apresentados na Tabela 2, observa-se que os ganhos conquistados pelas negociações do primeiro semestre de 2014 estão entre os mais elevados do período, só ficando atrás dos resultados de 2012, e em parte dos resultados de 2010.

Outra característica importante do desempenho das negociações do primeiro semestre é a baixa dispersão dos valores dos aumentos reais. Se por um lado os menores ganhos não foram tão baixos como em outros anos, por outro, os mais altos não foram tão elevados. Antes resultaram em um quadro mais uniforme, com valores mais próximos ao valor médio do semestre.

TABELA 2
Estatísticas sobre os aumentos reais⁽¹⁾
Brasil, 2008-2014

	(em %)						
Aumento Real	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Maior	4,34	6,27	10,91	8,01	9,79	5,37	4,54
3º quartil	1,41	1,11	2,13	1,60	2,63	1,70	2,06
Mediana	0,64	0,49	1,16	1,13	1,89	0,93	1,50
1º quartil	0,07	0,07	0,48	0,50	0,99	0,30	0,95
Menor	-5,57	-5,88	-3,31	-2,32	-0,08	-2,07	-0,84
Médio	0,83	0,70	1,57	1,31	2,15	1,08	1,54

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Considera apenas a variação real, descontado o percentual do INPC-IBGE acumulado entre as datas-base de cada unidade de negociação

Obs.: a) Valores negativos equivalem a perdas reais.

b) Dados referentes aos reajustes salariais de 340 unidades de negociação

Reajustes salariais por setores econômicos

A análise comparativa dos reajustes salariais segundo o recorte setorial mostra resultados, em certa medida, muito parecidos. Em todos os setores considerados, o percentual de unidades de negociação com reajustes acima do INPC-IBGE foi superior a 90%. Na Indústria e nos Serviços, o percentual foi de 93%. No Comércio, o percentual atingiu 96%.

Nos três setores, os ganhos reais se concentraram na faixa entre 1% e 2% acima do INPC-IBGE. Sobre esse aspecto, em particular, destacam-se as negociações empreendidas no Comércio, onde 72% dos reajustes tiveram ganhos nessa faixa. Nos Serviços, a proporção foi menor, e atingiu 36%.

Reajustes em valor igual e abaixo do INPC-IBGE foram pouco frequentes no primeiro semestre de 2014. A maior proporção dos reajustes em valor igual ao índice foi observada nos Serviços (7% das unidades de negociação do setor). E a maior parte dos reajustes abaixo do índice encontra-se na Indústria (5% das unidades de negociação do setor), como pode ser visto na Tabela 3, a seguir.

O valor médio dos aumentos reais nos setores foi: 1,55% na Indústria, 1,57% no Comércio e 1,51% nos Serviços.

TABELA 3
Distribuição dos reajustes salariais do primeiro semestre,
em comparação com o INPC-IBGE, por setor econômico
Brasil, 2014

	(em %)			
Variação	Indústria	Comércio	Serviços	Total
Acima do INPC-IBGE	92,9	95,7	92,8	93,2
De 4,01% a 5% acima	2,6	0,0	2,2	2,1
De 3,01% a 4% acima	8,3	0,0	4,3	5,6
De 2,01% a 3% acima	16,7	15,2	23,9	19,4
De 1,01% a 2% acima	45,5	71,7	35,5	45,0
De 0,01% a 1% acima	19,9	8,7	26,8	21,2
Igual ao INPC-IBGE	2,6	2,2	6,5	4,1
De 0,01% a 1% abaixo	4,5	2,2	0,7	2,6
Abaixo do INPC-IBGE	4,5	2,2	0,7	2,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

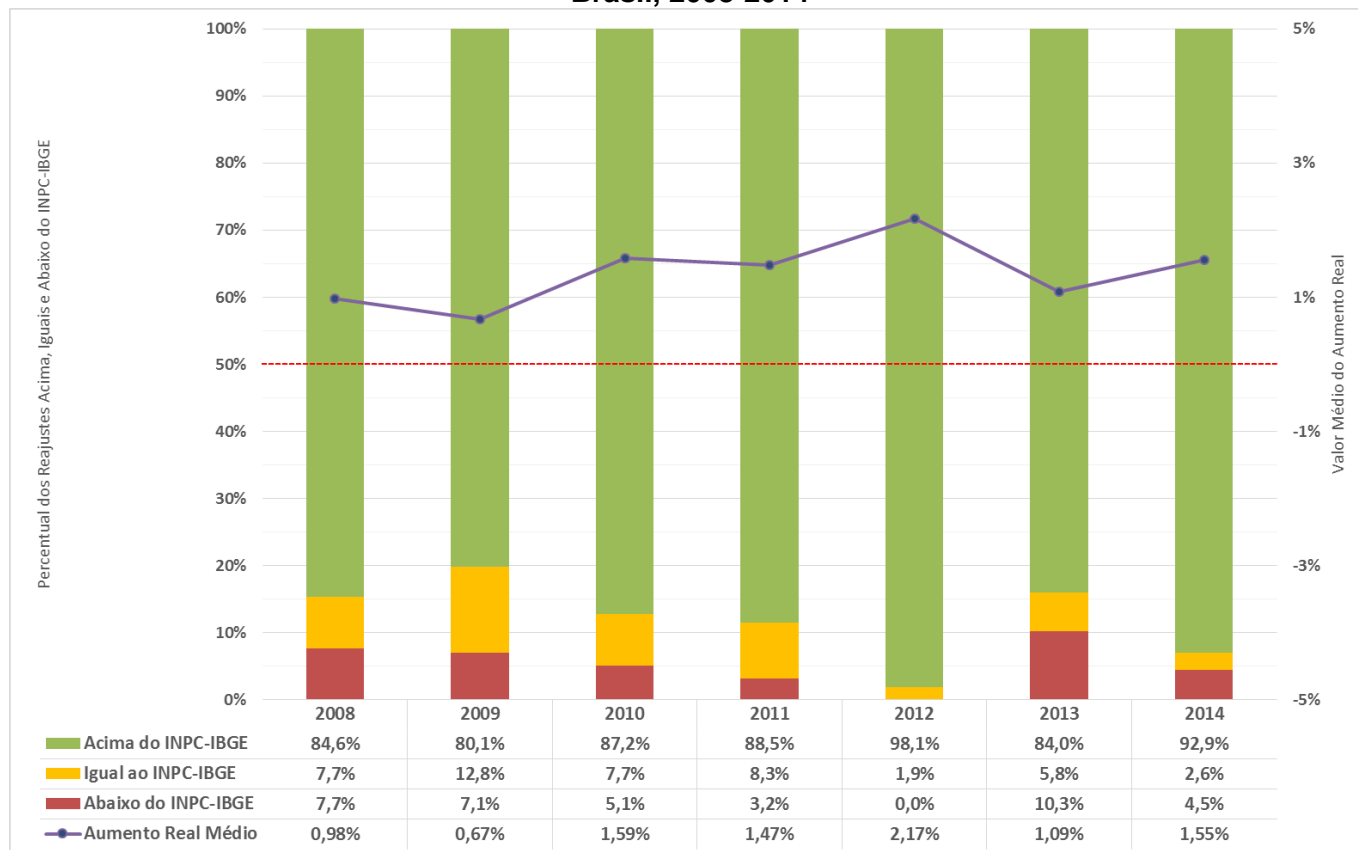
Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Foram considerados os reajustes salariais de 156 unidades de negociação da Indústria, 46 do Comércio e 138 dos Serviços

Indústria

O desempenho das negociações da Indústria no primeiro semestre de 2014, vis-à-vis os resultados obtidos pelas mesmas 156 unidades de negociação nos anos anteriores, revela que este setor possui o segundo maior percentual de reajustes acima do INPC-IBGE no período, atrás somente de 2012, e o terceiro maior aumento real médio, atrás de 2012 e 2010 (embora, ressalve-se, em valor muito próximo a este). Em relação à proporção de reajustes abaixo do INPC-IBGE, o primeiro semestre apresenta a terceira menor marca – ficando acima apenas do desempenho de 2011 e 2012 (Gráfico 2).

GRÁFICO 2
Distribuição dos reajustes salariais e valor do aumento real médio na Indústria,
em comparação com o INPC-IBGE
Brasil, 2008-2014



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Dados referentes aos reajustes salariais de 156 unidades de negociação

A análise dos ganhos reais médios por segmentos da indústria mostra que em todos houve elevação dos ganhos reais em relação ao ano anterior, sem, no entanto, alcançar o patamar atingido em 2012. As exceções são as negociações dos trabalhadores na indústria da fiação e tecelagem e dos urbanitários, que alcançaram no primeiro semestre os maiores valores médios desde 2008.

As negociações dos trabalhadores na construção e mobiliário no primeiro semestre de 2014, embora tenham alcançado ganhos reais superiores à média geral e do setor – umas das mais altas do primeiro semestre –, ficaram aquém do resultado auferido no período de 2010-2012. Ainda assim, os ganhos reais acumulados na construção e mobiliário no período estão entre os mais elevados em todo o painel do SAS-DIEESE.

Os metalúrgicos também apresentaram, na média, ganhos reais superiores à média geral e do setor no primeiro semestre de 2014 (Tabela 4).

TABELA 4
Aumento real médio⁽¹⁾, por atividade econômica na Indústria
Brasil, 2008-2014

Atividade Econômica	2008 (%)	2009 (%)	2010 (%)	2011 (%)	2012 (%)	2013 (%)	2014 (%)	Painel (nº)
Alimentação	0,86	0,61	0,86	1,32	1,68	0,80	1,46	23
Construção e Mobiliário	1,73	1,25	2,80	2,39	3,41	1,77	2,00	43
Fiação e Tecelagem	0,73	0,23	0,76	0,61	1,20	0,56	1,31	6
Gráfica	0,80	0,60	1,57	0,78	1,42	0,83	1,23	9
Metalúrgica, Mecânica e Mat. Elétrico	1,25	0,65	1,57	1,78	2,57	1,27	1,87	24
Química e Farmacêutica	0,77	0,18	1,01	1,10	1,51	0,79	1,08	11
Urbana	0,00	0,31	0,52	0,64	0,97	0,04	0,98	16
Vestuário	0,22	0,25	0,99	0,72	1,53	0,99	1,14	16
Total	0,98	0,67	1,59	1,47	2,17	1,09	1,55	156

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Considera apenas a variação real, descontado o percentual do INPC-IBGE acumulado entre as datas-base de cada unidade de negociação

Obs.: a) São apresentadas apenas as atividades econômicas com cinco ou mais unidades de negociação registradas no painel analisado

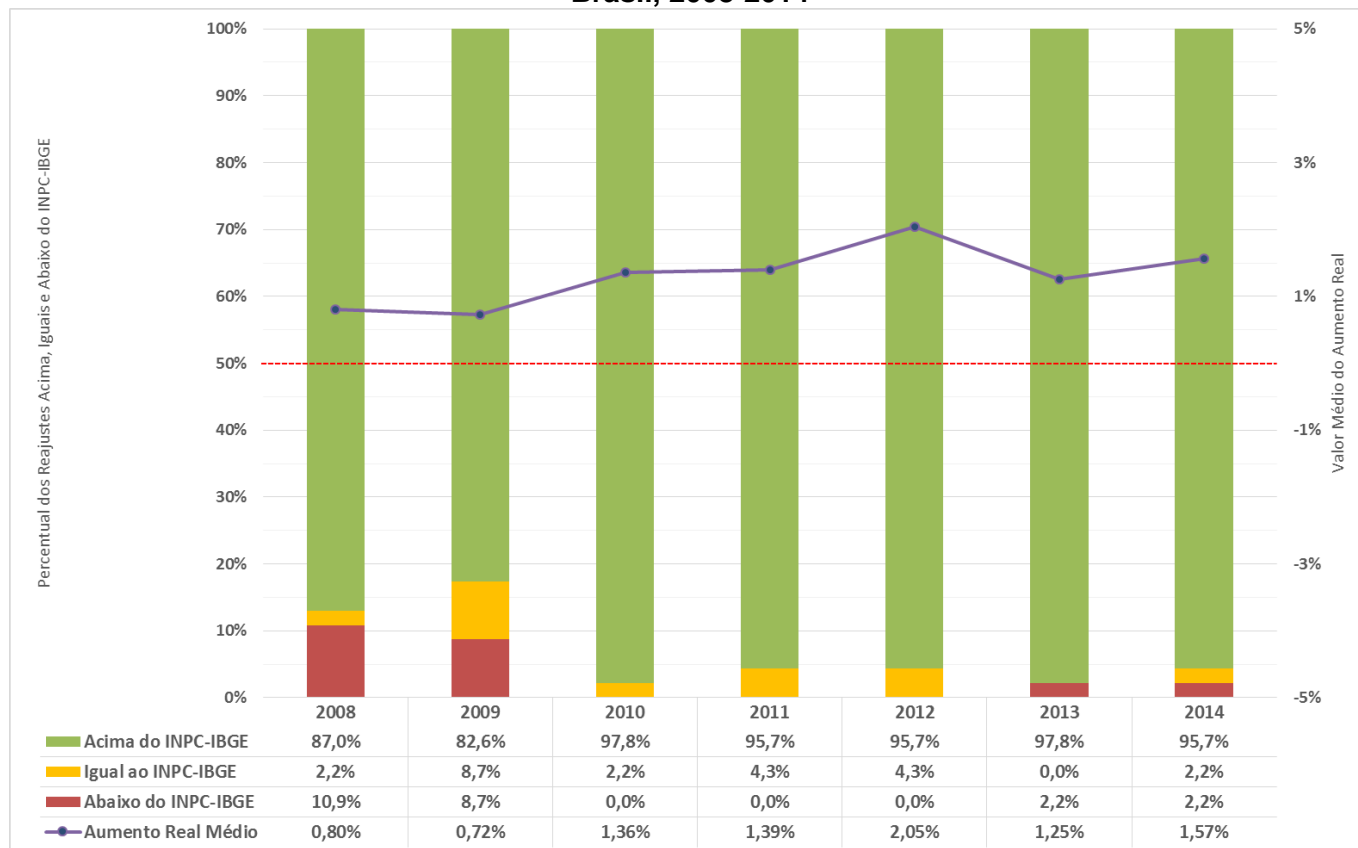
b) No total foram consideradas todas as unidades de negociação do setor

Comércio

No Comércio, onde foram analisados os reajustes salariais de 46 unidades de negociação, nota-se, no primeiro semestre de 2014, a manutenção do elevado patamar de reajustes acima da inflação, sempre superiores a 95%, comportamento observado desde 2010.

Em relação ao valor médio dos aumentos reais, verifica-se uma melhora frente ao registrado no ano anterior, alcançando a segunda melhor marca no período, atrás, somente, do registrado em 2012 (Gráfico 3).

GRÁFICO 3
Distribuição dos reajustes salariais e valor do aumento real médio no Comércio,
em comparação com o INPC-IBGE
Brasil, 2008-2014



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários
Obs.: Dados referentes aos reajustes salariais de 46 unidades de negociação

A elevação do aumento real médio no primeiro semestre foi observada nos dois principais segmentos do Comércio. No Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo, que apresenta as maiores médias do setor, o aumento real médio em 2014 foi de 1,77% – inferior somente ao registrado em 2011 e 2012. No Comércio Varejista e Atacadista, o aumento real médio foi de 1,56% – o segundo maior, atrás somente do observado em 2012.

TABELA 5
Aumento real médio⁽¹⁾, por atividade econômica no Comércio
Brasil, 2008-2014

Atividade Econômica	2008 (%)	2009 (%)	2010 (%)	2011 (%)	2012 (%)	2013 (%)	2014 (%)	Painel (nº)
Varejista e Atacadista	0,80	0,63	1,34	1,32	1,99	1,20	1,56	37
Minérios e Derivados de Petróleo	0,98	1,57	1,71	1,98	2,57	1,67	1,77	7
Total	0,80	0,72	1,36	1,39	2,05	1,25	1,57	46

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Considera apenas a variação real, descontado o percentual do INPC-IBGE acumulado entre as datas-base de cada unidade de negociação

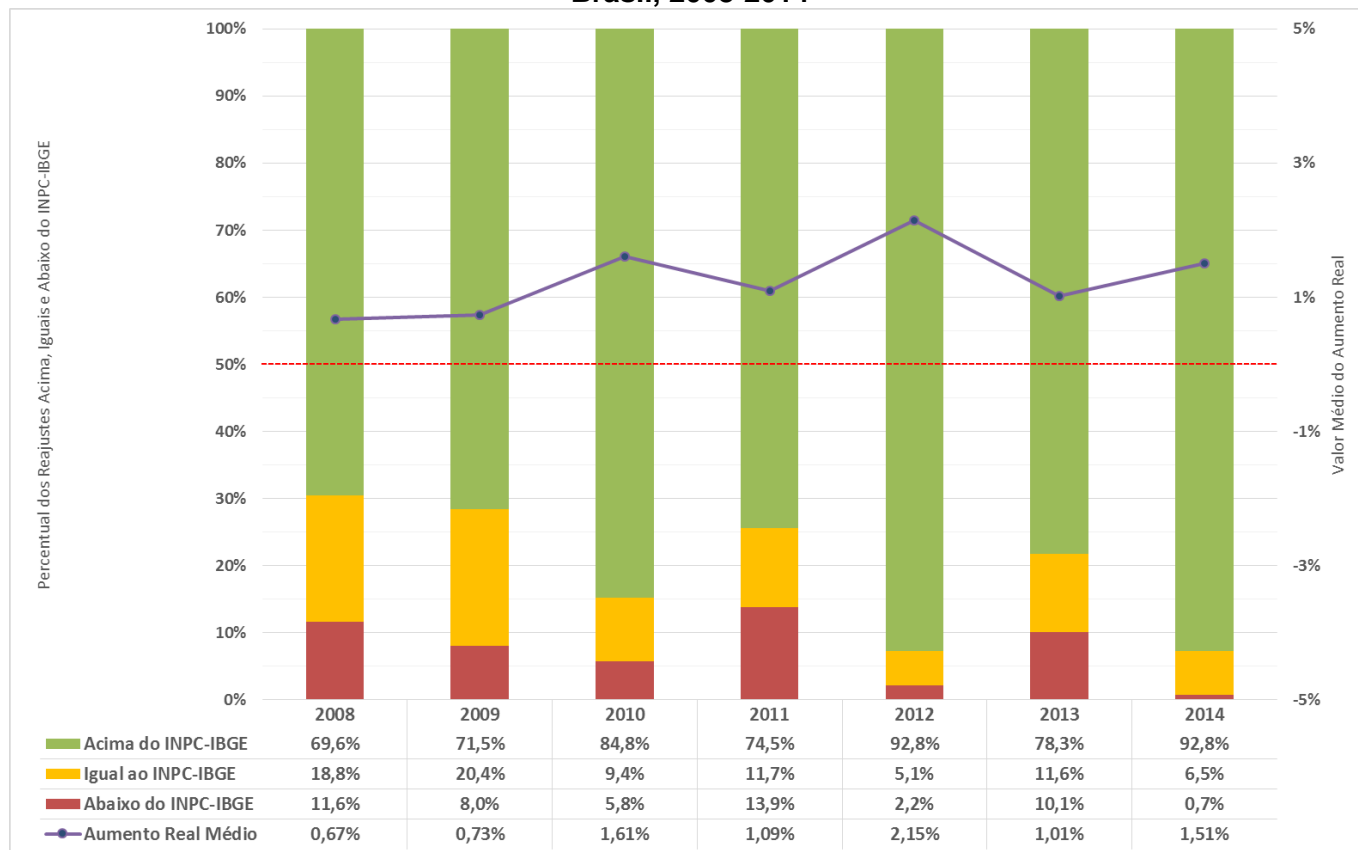
Obs.: a) São apresentadas apenas as atividades econômicas com cinco ou mais unidades de negociação registradas no painel analisado

b) No total foram consideradas todas as unidades de negociação do setor

Serviços

No setor de Serviços, onde foram analisados os reajustes de 138 unidades de negociação, o percentual de reajustes acima do INPC-IBGE em 2014 foi igual ao registrado em 2012, quando atingiu a melhor marca no período. Quanto aos reajustes abaixo do INPC-IBGE, as negociações do primeiro semestre apresentaram a menor marca: apenas 0,7% (1 unidade de negociação). Em que pese esses resultados, o aumento real médio não foi o maior do período, ficando atrás do registrado em 2010 e 2012 (Gráfico 4).

GRÁFICO 4
Distribuição dos reajustes salariais e valor do aumento real médio nos Serviços,
em comparação com o INPC-IBGE
Brasil, 2008-2014



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Dados referentes aos reajustes salariais de 138 unidades de negociação

A análise dos aumentos reais médios nos principais segmentos do setor de Serviços, como mostra a Tabela 6, revela que em quase todos houve melhora no patamar dos ganhos, quando comparados com o desempenho em 2013. Apenas as negociações dos securitários³ apresentaram um ligeiro recuo. Nas negociações dos trabalhadores em Difusão Cultural e Transportes, observou-se a maior elevação no patamar do ganho médio, cerca de 1 ponto percentual.

No entanto, assim como observado na Indústria e no Comércio, em boa parte dos segmentos dos Serviços os ganhos reais médios do primeiro semestre não alcançaram o patamar registrado em 2012.

Por fim, cabe destacar que os ganhos reais nas negociações dos trabalhadores nos segmentos do Transporte e do Turismo e Hospitalidade, junto com as dos trabalhadores na indústria da Construção e Mobiliário, foram os maiores frente a todos os analisados no primeiro semestre de 2014.

³ Apresentados na Tabela no segmento de “Bancos e Seguros Privados”. Neste estudo, foram considerados para esta atividade econômica somente as negociações de securitários, uma vez que os bancários possuem data-base no segundo semestre.

TABELA 6
Aumento real médio⁽¹⁾, por atividade econômica nos Serviços
Brasil, 2008-2014

Atividade Econômica	2008 (%)	2009 (%)	2010 (%)	2011 (%)	2012 (%)	2013 (%)	2014 (%)	Painel (nº)
Agentes Autônomos no Comércio	0,47	0,73	1,11	1,47	2,63	1,21	1,45	6
Bancos e Seguros Privados	0,24	0,20	0,85	0,92	1,25	1,17	1,05	7
Comunicações	0,39	-0,92	0,96	0,12	0,40	0,17	0,44	16
Difusão Cultural	0,63	0,52	0,48	0,40	1,10	0,22	1,22	6
Educação	0,22	0,50	1,29	0,59	1,36	0,48	1,17	25
Segurança e Vigilância	1,52	1,83	1,88	0,94	1,93	0,77	1,33	15
Serviços de Saúde	0,20	0,54	0,19	0,28	1,95	0,91	1,26	6
Transportes	0,38	0,25	1,02	1,63	2,60	1,42	2,30	22
Turismo e Hospitalidade	1,20	1,73	3,18	1,93	3,81	1,81	2,07	32
Total	0,67	0,73	1,61	1,09	2,15	1,01	1,51	138

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Considera apenas a variação real, descontado o percentual do INPC-IBGE acumulado entre as data-base de cada unidade de negociação

Obs.: a) São apresentadas apenas as atividades econômicas com cinco ou mais unidades de negociação registradas no painel analisado

b) No total foram consideradas todas as unidades de negociação do setor

Reajustes salariais por data-base

A variação nos índices inflacionários aparentemente não exerceu grande influência nos resultados das negociações coletivas do primeiro semestre, como pode ser observado no Gráfico 5. Enquanto o valor do reajuste necessário⁴ para recuperar o poder de compra dos salários apresentou uma trajetória ascendente quase linear nos primeiros seis meses do ano, ressaltando o recuo observado em fevereiro, os aumentos reais médios apresentaram uma trajetória mais irregular, sem correspondência com a variação da inflação. Pode-se observar que o aumento no valor do reajuste necessário não implicou redução nos valores dos aumentos reais das categorias analisadas.

Os maiores aumentos reais foram observados em março, quando atingiram a média de 1,68%, sobre uma inflação de 5,39%, e os menores aumentos reais foram registrados em abril, quando atingiram a média de 1,33%, sobre uma inflação de 5,62%.

⁴ Nestes casos, correspondentes à variação do INPC-IBGE acumulada em 12 meses.

GRÁFICO 5
Aumento real médio, em comparação com o INPC-IBGE, e valor do reajuste necessário, segundo o INPC-IBGE, por data-base Brasil, 2014



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Reajustes salariais por regiões geográficas

A elevação do patamar médio do ganho real no primeiro semestre de 2014, em relação a 2013, é perceptível em todas as regiões geográficas. Também é notável a proximidade entre os valores: fora a região Norte, que apresentou o menor aumento real médio, e a Sudeste, que registrou o maior, nas demais regiões os ganhos reais médios foram próximos a 1,5% sobre o INPC-IBGE.

Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, os ganhos reais do primeiro semestre de 2014 ficaram aquém do registrado em 2010 e 2012. Nas regiões Sul e Sudeste, a elevação resultou em ganhos reais médios apenas inferiores aos observados em 2012 (Tabela 7).

TABELA 7
Aumento real médio⁽¹⁾, por região geográfica
Brasil, 2008-2014

Região Geográfica	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Norte	0,54	0,74	1,69	0,49	1,71	1,05	1,17
Nordeste	0,83	0,99	1,95	1,22	2,28	1,16	1,49
Centro-Oeste	0,99	0,71	1,63	1,33	2,50	0,93	1,48
Sudeste	0,71	0,54	1,44	1,44	2,10	1,02	1,66
Sul	1,03	0,71	1,42	1,41	2,08	1,20	1,50
Total	0,83	0,70	1,57	1,31	2,15	1,08	1,54

(em %)

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Considera apenas a variação real, descontado o percentual do INPC-IBGE acumulado entre as datas-base de cada unidade de negociação

Obs.: a) Dados referentes aos reajustes salariais de 20 unidades de negociação da região Norte, 74 do Nordeste, 36 do Centro-Oeste; 125 do Sudeste e 82 do Sul

b) Os dados referentes aos reajustes das unidades de negociação com abrangência nacional ou inter-regional não constam da tabela por contarem, no presente painel, apenas com três registros

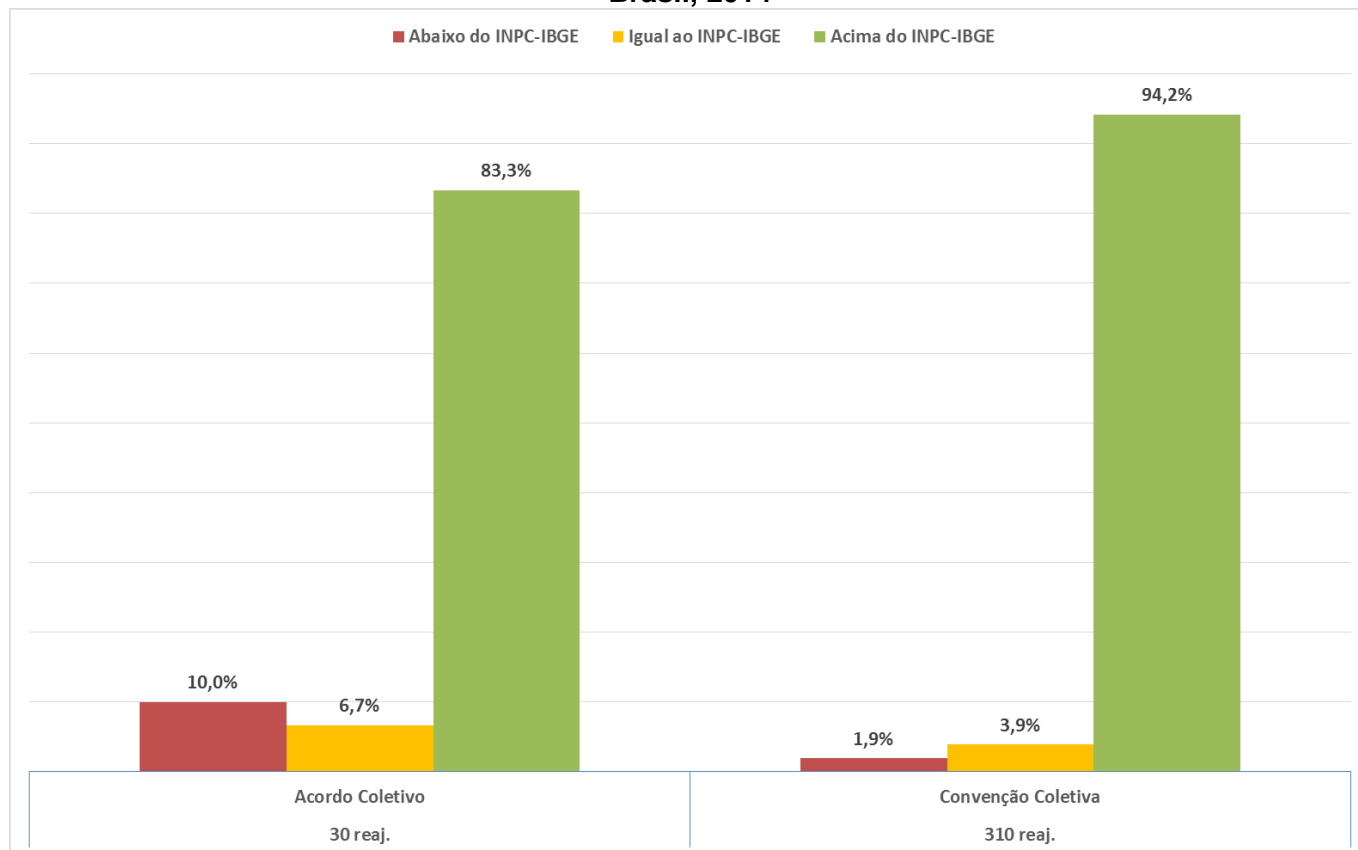
Reajustes salariais por tipo de contrato coletivo

Em geral, as convenções coletivas de trabalho resultam em reajustes salariais maiores do que os acordos coletivos⁵. Em 2014 não foi diferente. Cerca de 94% das convenções coletivas e 83% dos acordos coletivos resultaram em reajustes acima do INPC-IBGE. Reajustes exatamente iguais ao índice foram observados em 4% das convenções e em 7% dos acordos, e reajustes abaixo do índice foram observados em 2% das convenções e em 10% dos acordos (Gráfico 6).

O aumento real médio nas convenções coletivas no primeiro semestre de 2014 foi de 1,57%. Nos acordos coletivos, de 1,23%.

⁵ Convenções coletivas são documentos resultantes da negociação entre entidades sindicais empresariais e de trabalhadores. Podem abranger, portanto, toda uma categoria profissional, a depender da abrangência das partes que o negociam e da cobertura estipulada no contrato. Acordos coletivos, por sua vez, são, em geral, documentos menos abrangentes, pois resultam da negociação direta entre empresas e entidades sindicais de trabalhadores. No entanto, há casos em que o acordo coletivo pode abranger toda uma categoria profissional, como ocorre nas negociações em que a empresa é única no seu ramo de atividade. É o que ocorre, por exemplo, com o acordo coletivo dos Correios.

GRÁFICO 6
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o INPC-IBGE,
por tipo de instrumento normativo
Brasil, 2014



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Modalidades especiais de reajustes

Não foram observadas mudanças significativas na forma como são definidos os prazos de pagamento dos reajustes salariais. Em sua maioria, os reajustes salariais são pagos em uma única parcela, e apenas uma pequena parte das negociações define pagamentos em duas ou mais parcelas. Em 2014, o percentual de unidades de negociação que definiam o pagamento de reajuste em mais de uma parcela foi de aproximadamente 4% (Tabela 8).

TABELA 8
Unidades de negociação com reajustes salariais pagos em uma vez, reajustes salariais parcelados e sem reajustes salariais
Brasil, 2008-2014

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
	(em %)						
Pagamento em uma vez	96,2	93,2	95,3	95,9	96,5	95,6	96,5
Pagamento parcelado	3,5	5,3	4,7	4,1	3,5	4,4	3,5
em 2 vezes	3,2	4,4	3,8	3,2	3,5	4,4	3,5
em 3 vezes	0,3	0,6	0,9	0,9	0,0	0,0	0,0
em 4 vezes ou mais	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sem reajuste	0,3	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Dados referentes aos reajustes salariais de 340 unidades de negociação

O mesmo ocorre em relação à concessão de abonos salariais. Desde 2008, o percentual pouco se alterou, girando em torno dos 4% (Tabela 9).

Contudo, quanto à concessão de reajustes escalonados – forma na qual são definidos diferentes valores de reajustes para diferentes faixas de salário – observa-se um comportamento particular. Entre 2008 e 2012, o percentual de unidades de negociação que adotavam essa forma de concessão de reajuste cresceu gradualmente, partindo de um patamar de 12% para o patamar superior a 21%. Desde então, a proporção de unidades de negociação com reajustes escalonados tem se mantido em torno deste percentual.

TABELA 9
Unidades de negociação com reajustes salariais escalonados e pagamento de abono salarial
Brasil, 2008-2014

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
	(em %)						
Abono Salarial	3,8	2,9	4,4	4,1	3,8	4,7	4,4
Reajuste Escalonado	12,1	14,2	15,9	18,0	21,8	20,6	20,9

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Dados referentes aos reajustes salariais de 340 unidades de negociação

Resultados segundo o ICV-DIEESE

Em relação à inflação medida pelo ICV-DIEESE, nota-se um quadro menos positivo. De acordo com esse deflator, o percentual de reajustes com aumentos reais em 2014 foi de 70%, e o percentual de reajustes abaixo do índice, 30%. Não foram observados reajustes salariais em valor igual ao ICV-DIEESE.

A faixa de aumento real de até 1% acima do índice é a que concentra o maior número de reajustes analisados. Também é expressivo o número de reajustes com perdas de até 1%, como pode ser visto na Tabela 10.

O aumento real médio das negociações do primeiro semestre de 2014, segundo o ICV-DIEESE, foi de 0,6%.

As diferenças entre os resultados apurados segundo o INPC-IBGE e o ICV-DIEESE decorrem, principalmente, das metodologias e abrangências das pesquisas. O ICV-DIEESE calcula a variação de preços na cidade de São Paulo. O INPC-IBGE, em nove regiões metropolitanas, mais Brasília e o município de Goiânia.

TABELA 10
Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o ICV-DIEESE
Brasil, 2008-2014

Varição	Nº	%
Acima do ICV-DIEESE	239	70,3
De 4,01% a 5% acima	1	0,3
De 3,01% a 4% acima	8	2,4
De 2,01% a 3% acima	25	7,4
De 1,01% a 2% acima	56	16,5
De 0,01% a 1% acima	149	43,8
Igual ao ICV-DIEESE	0	0,0
De 0,01% a 1% abaixo	85	25,0
De 1,01% a 2% abaixo	15	4,4
De 2,01% a 3% abaixo	1	0,3
Abaixo do ICV-DIEESE	101	29,7
Total	340	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Considerações finais

A análise dos reajustes salariais do primeiro semestre de 2014 revela resultados melhores do que o registrado para as mesmas unidades de negociação no ano anterior. A melhora, que se expressa tanto no crescimento do número de reajustes acima do INPC-IBGE, como na elevação dos valores negociados, foi observada em todos os setores econômicos e regiões geográficas.

Em relação ao desempenho registrado pelas mesmas unidades de negociação desde 2008, observou-se que os reajustes do primeiro semestre deste ano estão entre os melhores analisados pelo DIEESE, atrás somente do verificado em 2012 e, em certos aspectos, em 2010.

Alguns fatores podem ajudar a explicar o bom resultado das negociações do primeiro semestre de 2014. O primeiro foi a redução das taxas de inflação, que resultou em índices de reposição inflacionária menores do que os verificados no ano anterior⁶. Outro fator importante foi a manutenção das taxas de desemprego em patamares baixos, o que, em geral, denota um mercado de trabalho aquecido e encoraja a mobilização dos trabalhadores. Por fim, há que se considerar o efeito catalizador de algumas paralisações importantes realizadas no primeiro semestre, em especial as de trabalhadores na área de limpeza urbana e de transporte coletivo. O fato de terem sido bem sucedidas pode ter servido de estímulo para que outras categorias profissionais reivindicassem ganhos salariais maiores.

Os mesmos fatores deverão ser considerados em qualquer tentativa de prognóstico para as campanhas salariais do segundo semestre. Em relação à inflação, vários indicadores, dentre eles o INPC-IBGE, o ICV-DIEESE e a pesquisa de Cesta Básica do DIEESE, sinalizam para a manutenção da tendência de queda captada nas últimas pesquisas, o que é positivo para as negociações coletivas. No entanto, é preciso avaliar o quanto a redução da inflação é devida ao desaquecimento econômico, o que pode resultar em efeito negativo aos trabalhadores.

Finalmente, deve-se ter em conta, também, o poder de mobilização dos trabalhadores. Sabe-se que as negociações do segundo semestre costumam trazer resultados melhores do que as do primeiro, uma vez que nesse período do ano estão concentradas as datas-base de importantes categorias profissionais brasileiras. Portanto, os prognósticos devem ser feitos levando em consideração o poder de mobilização das categorias profissionais e suas estratégias de negociação.

⁶ Ainda que, se tomado exclusivamente o comportamento da inflação e dos reajustes salariais no primeiro semestre de 2014, como apresentados no Gráfico 5, não se verifique tal influência do primeiro sobre o segundo. A influência da inflação no desempenho das negociações salariais é mais perceptível na comparação entre os anos. Para o conhecimento das taxas médias de inflação, ver Tabelas 11 e 12, no anexo do estudo.

Anexos

Nesta seção são apresentadas tabelas com informações complementares ao Balanço dos Reajustes Salariais do 1º Semestre de 2014. As Tabelas 11 e 12 apresentam os valores dos reajustes necessários para reposição salarial em cada data-base no período de 2008 a 2014, de acordo com o INPC-IBGE e o ICV-DIEESE. As tabelas seguintes apresentam os dados que descrevem o painel utilizado, como a distribuição das unidades de negociação analisadas por data-base (Tabela 13), por tipo de instrumento normativo (Tabela 14); por setor e atividade econômica (Tabela 15) e por região geográfica e Unidade da Federação (Tabela 16).

TABELA 11
Variação do INPC-IBGE acumulada em 12 meses, por data-base
Brasil, 2008-2014

Data-Base	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Janeiro	5,16	6,48	4,11	6,47	6,08	6,20	5,56
Fevereiro	5,36	6,43	4,36	6,53	5,63	6,63	5,26
Março	5,43	6,25	4,77	6,36	5,47	6,77	5,39
Abril	5,50	5,92	5,30	6,31	4,97	7,22	5,62
Mai	5,90	5,83	5,49	6,30	4,88	7,16	5,82
Junho	6,64	5,45	5,31	6,44	4,86	6,95	6,08
Julho	7,28	4,94	4,76	6,80	4,90	6,97	-
Agosto	7,56	4,57	4,44	6,87	5,36	6,38	-
Setembro	7,15	4,44	4,29	7,39	5,39	6,07	-
Outubro	7,04	4,45	4,68	7,30	5,58	5,69	-
Novembro	7,26	4,18	5,39	6,66	5,99	5,58	-
Dezembro	7,20	4,17	6,08	6,17	5,96	5,58	-
Média 1º sem.	5,67	6,06	4,89	6,40	5,32	6,82	5,62
Média 2º sem.	7,25	4,46	4,94	6,86	5,53	6,05	-
Média anual	6,46	5,26	4,92	6,63	5,42	6,43	-

Fonte: IBGE

Obs.: Valores correspondentes à variação acumulada do índice nos 12 meses anteriores a cada data-base.

TABELA 12
Varição do ICV-DIEESE acumulada em 12 meses, por data-base
Brasil, 2008-2014

	(em %)						
Data-Base	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Janeiro	4,79	6,11	4,04	6,91	6,09	6,41	6,04
Fevereiro	4,72	5,91	5,10	6,46	6,12	6,89	6,22
Março	4,47	5,96	5,70	6,26	5,83	6,87	6,74
Abril	4,68	5,91	5,78	6,72	5,49	7,08	6,77
Mai	4,69	5,79	5,68	7,33	5,37	6,68	7,04
Junho	4,94	5,12	5,60	7,21	5,78	6,87	6,55
Julho	5,80	4,16	5,57	6,82	6,39	6,99	-
Agosto	7,04	3,77	5,20	7,14	6,37	6,64	-
Setembro	6,96	3,75	5,15	7,29	6,18	6,53	-
Outubro	6,78	3,89	5,42	7,45	5,90	6,34	-
Novembro	6,89	3,99	5,84	6,79	6,43	6,16	-
Dezembro	7,16	4,06	6,30	6,24	6,45	6,03	-
Média 1º sem.	4,72	5,80	5,32	6,82	5,78	6,80	6,56
Média 2º sem.	6,77	3,94	5,58	6,96	6,29	6,45	-
Média anual	5,74	4,87	5,45	6,89	6,03	6,62	-

Fonte: DIEESE

Obs.: Valores correspondentes à variação acumulada do índice nos 12 meses anteriores a cada data-base.

TABELA 13
Distribuição dos reajustes salariais, por data-base
Brasil, 2008-2014

Data-Base	(em %)						
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Janeiro	11,8	12,1	17,9	19,8	20,6	23,3	24,1
Fevereiro	7,6	8,8	6,5	5,6	5,6	5,9	5,5
Março	21,5	21,5	21,2	21,8	22,4	21,5	20,7
Abril	12,4	12,1	11,8	12,1	12,1	12,1	11,7
Maiο	38,8	37,2	35,0	33,6	32,7	31,3	31,5
Junho	5,9	5,9	5,6	5,9	5,6	5,9	6,6
Julho	0,6	0,6	0,6	0,3	0,3	0,0	-
Agosto	0,0	0,3	0,3	0,3	0,0	0,0	-
Setembro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Outubro	0,6	0,3	0,3	0,3	0,3	0,0	-
Novembro	0,9	1,2	0,9	0,3	0,3	0,0	-
Dezembro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: a) As mudanças no número de reajustes por data-base decorrem das alterações de datas-base das unidades de negociação consideradas

TABELA 14
Distribuição das unidades de negociação, por tipo de instrumento normativo assinado
Brasil, 2008-2014

Tipo de instrumento	nº	%
Acordo Coletivo	30	8,8
Convenção Coletiva	310	91,2
Total	340	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Acordo Coletivo de Trabalho é o nome que se dá ao contrato coletivo assinado por entidades sindicais de trabalhadores diretamente com as empresas, e Convenção Coletiva de Trabalho, o nome que se dá ao contrato coletivo assinado por entidades sindicais de trabalhadores e de empresas

TABELA 15
Distribuição das unidades de negociação, por setor e atividade econômica
Brasil, 2014

Setor / Atividade Econômica	nº	%
INDÚSTRIA	156	45,9
Alimentação	23	6,8
Artefatos de Borracha	2	0,6
Construção e Mobiliário	43	12,6
Extrativista	3	0,9
Fiação e Tecelagem	6	1,8
Gráfica	9	2,6
Instrumentos Musicais e Brinquedos	1	0,3
Joalheria e Lapidação	1	0,3
Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico	24	7,1
Papel, Papelão e Cortiça	1	0,3
Química e Farmacêutica	11	3,2
Urbana	16	4,7
Vestuário	16	4,7
COMÉRCIO	46	13,5
Minérios e Derivados de Petróleo	7	2,1
Propagandistas e Vendedores de Prod. Farmac.	2	0,6
Varejista e Atacadista	37	10,9
SERVIÇOS	138	40,6
Agentes Autônomos no Comércio	6	1,8
Bancos e Seguros Privados	7	2,1
Comunicações, Publicidade e Empresas Jornal.	16	4,7
Cultura Física	1	0,3
Difusão Cultural	6	1,8
Educação	25	7,4
Processamento de Dados	2	0,6
Segurança e Vigilância	15	4,4
Serviços de Saúde	6	1,8
Transportes	22	6,5
Turismo e Hospitalidade	32	9,4
Total	340	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

TABELA 16
Distribuição das unidades de negociação, por região geográfica e
Unidade da Federação
Brasil, 2008-2014

Região / UF	nº	%
NORTE	20	5,9
Amazonas	9	2,6
Pará	7	2,1
Rondônia	3	0,9
Roraima	1	0,3
NORDESTE	74	21,8
Alagoas	3	0,9
Bahia	22	6,5
Ceará	16	4,7
Paraíba	5	1,5
Pernambuco	9	2,6
Piauí	4	1,2
Rio Grande do Norte	12	3,5
Sergipe	3	0,9
CENTRO-OESTE	36	10,6
Distrito Federal	12	3,5
Goiás	17	5,0
Mato Grosso	3	0,9
Mato Grosso do Sul	4	1,2
SUDESTE	125	36,8
Espírito Santo	5	1,5
Minas Gerais	26	7,6
Rio de Janeiro	32	9,4
São Paulo	62	18,2
SUL	82	24,1
Paraná	26	7,6
Rio Grande do Sul	29	8,5
Santa Catarina	27	7,9
NACIONAL / INTER-REGIONAL	3	0,9
Total	340	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Notas metodológicas

1. As informações que embasam este estudo foram extraídas de acordos e convenções coletivas de trabalho registradas no Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS-DIEESE). Os documentos foram remetidos ao DIEESE pelas entidades sindicais envolvidas nas negociações coletivas ou pelos escritórios regionais e subseções (unidades de trabalho que funcionam dentro de entidades sindicais). Complementarmente, também foi considerado o noticiário da imprensa escrita e dos veículos impressos ou virtuais do meio sindical – jornais e revistas de sindicatos representativos de trabalhadores e de entidades sindicais empresariais.
2. Os dados aqui apresentados têm valor indicativo e buscam captar tendências da negociação salarial no país.
3. O painel de informações utilizado não permite extrapolações para além do conjunto exposto neste trabalho, dado que não se trata de amostra estatística.
4. Cada registro do painel refere-se a uma unidade de negociação. Por unidade de negociação entende-se cada núcleo de negociação coletiva formado por representantes patronais e de trabalhadores que pretende resultar em documento(s) formalizado(s) com regulamentações sobre condições de remuneração e de trabalho. A título de exemplo, tome-se o caso do Sindicato dos Comerciários de São Paulo. Este sindicato negocia em torno de nove convenções coletivas de trabalho ao ano, além de acordos coletivos assinados diretamente com as empresas do setor. Cada convenção coletiva regulamenta as condições de remuneração e trabalho dos empregados de um determinado segmento do Comércio, uma vez que são negociados, cada qual, com uma entidade patronal representante de um segmento do setor. Pode-se dizer, portanto, que o Sindicato dos Comerciários de São Paulo participa de nove unidades de negociação, além daquelas que resultam em acordos coletivos.
5. O presente estudo analisou os reajustes salariais negociados por 340 unidades de negociação da Indústria, Comércio e Serviços. Estas negociações fazem parte de um painel fixo de 895 unidades de negociação acompanhadas anualmente pelo SAS-DIEESE desde 2008.
6. Foram excluídos desta pesquisa os contratos assinados por entidades representativas de trabalhadores rurais e de funcionários públicos. Isto se deve às peculiaridades da dinâmica e dos resultados das negociações dessas categorias, que diferem significativamente das desenvolvidas nos demais setores econômicos.
7. O foco exclusivo das análises desenvolvidas nesta pesquisa são as negociações por reajuste dos salários diretos. Não faz parte das pretensões deste trabalho, portanto, a abordagem dos efeitos de vantagens compensatórias acordadas sob a forma de remuneração indireta ou variável, como os reajustes dos auxílios, adicionais ou pagamentos de prêmios e abonos.

8. Os reajustes aplicados aos pisos salariais são frequentemente mais elevados do que os incidentes sobre as faixas de remuneração superiores. Para a elaboração deste estudo, foram desconsiderados os percentuais de reajuste dirigidos exclusivamente aos pisos.
9. No caso de reajustes salariais escalonados por faixas de remuneração, foi registrado o percentual incidente sobre o menor salário ou, quando disponível a informação, sobre a faixa salarial mais abrangente.
10. Nas tabelas do estudo, os percentuais serão sempre apresentados com arredondamento na primeira casa decimal, à exceção dos percentuais de inflação e aumento real médio, apresentados com arredondamento na segunda casa decimal. No texto, os percentuais aparecerão arredondados para o valor inteiro mais próximo, exceto quanto a ressalva feita em relação aos índices de inflação e aumento real médio.

Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Direção Executiva

Presidente: Antônio de Sousa – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Vice Presidente: Alberto Soares da Silva – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Secretária Executiva: Zenaide Honório – APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Alceu Luiz dos Santos – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos, Arujá, Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo: José Carlos Souza – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Luís Carlos de Oliveira – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo, Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes – Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira – Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva: Marta Soares dos Santos – Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo, Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa – Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva – Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Ângelo Máximo de Oliveira Pinho – Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Direção Técnica

Diretor técnico: Clemente Ganz Lúcio

Coordenadora executiva: Patrícia Pelatieri

Coordenadora administrativa e financeira: Rosana de Freitas

Coordenador de educação: Nelson de Chueri Karam

Coordenador de relações sindicais: José Silvestre Prado de Oliveira

Coordenador de atendimento técnico sindical: Airtton Santos

Coordenadora de estudos e desenvolvimento: Angela Maria Schwengber

Técnico Responsável

Luís Augusto Ribeiro da Costa

Equipe de Crítica e Revisão Técnica

José Silvestre Prado de Oliveira

Paulo Jager

Iara Heger (revisão de texto)